REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

URBANIZAÇÃO NA BAHIA

ARTIGO

URBANIZAÇÃO E PEQUENOS MUNICÍPIOS NA BAHIA: UMA ANÁLISE COM BASE NO MUNICÍPIO DE BELO CAMPO*URBANIZATION AND SMALL MUNICIPALITIES IN BAHIA: AN ANALYSIS BASED ON THE MUNICIPALITY OF BELO CAMPO*

SILMARA OLIVEIRA MOREIRA

Mestre em Geografia/UESB. E-mail: moreira.sillmara@gmail.com

RESUMO

O processo de urbanização no Brasil trouxe amplas transformações que se espalharam pelo território. Se por um lado algumas cidades, nas quais se instalavam as grandes indústrias, eram modificadas pelas construções e pela necessidade de atrair trabalhadores para operarem na larga produção; por outro, em municípios da região Nordeste as transformações na produção do espaço eram também oriundas desse processo, mas se justificavam especialmente devido à saída de trabalhadores para outras regiões do país. O objetivo deste artigo é analisar os aspectos da urbanização e suas implicações na estruturação dos pequenos municípios na Bahia, tendo Belo Campo como recorte. Para o desenvolvimento do estudo utilizou-se de pesquisas bibliográficas e documentais em bancos de dados do IBGE, bem como a aplicação de entrevistas. Os rearranjos espaciais pelos quais o país passou refletiram na dinâmica interna não só das áreas urbanas da Bahia, mas também no campo.

Palavras-chave: Urbanização, Pequenos municípios, Belo Campo.**ABSTRACT**

The process of urbanization in Brazil has brought broad transformations that have spread throughout the territory. If on the one hand some cities, in which large industries were installed, were modified by the buildings and the need to attract workers to operate in the large production, on the other hand, in municipalities in the northeast region, the transformations in the production of space were also derived from this process, but were justified especially due to the departure of workers to other regions. The objective of this article is to analyze the aspects of urbanization and the implications in the structuring of the small municipalities in Bahia, having as a clipping the municipality of Belo Campo. For the development of the study was used of bibliographic and documentary research in IBGE databases, as well as the application of interviews. The spatial rearrangements by which the country has passed reflected in the internal dynamics not only of the urban areas of Bahia, but also in the countryside.

Keywords: Urbanization, Small municipalities, Belo Campo.**INTRODUÇÃO**

O processo de urbanização no Brasil transformou de maneira profunda o arranjo espacial do país. No estado da Bahia esse processo se intensificou no início da década de 1980 e trouxe mudanças significativas para os pequenos municípios.

A saída de trabalhadores do campo para as cidades em busca de trabalho refletiu, dentre outros fatores, no aumento da taxa de urbanização em escala nacional. No estado da Bahia, essa realidade pode ser observada com maior ênfase na Região Metropolitana de Salvador e, no interior do estado, observa-se que houve um rearranjo



espacial movido ao longo do tempo pelo esvaziamento do campo. Além das modificações demográficas, é possível constatar transformações importantes na Bahia relacionadas à economia e à ocupação da classe trabalhadora que reflete na apropriação dos espaços urbanos.

Dessa maneira, este artigo tem por objetivo analisar os aspectos do processo de urbanização e suas implicações na estruturação dos pequenos municípios na Bahia, tendo como recorte Belo Campo. Os recursos metodológicos utilizados foram a coleta de dados a respeito da dinâmica socioeconômica nos municípios baianos, oriundos de pesquisa documental dos dados disponibilizados pelo IBGE, além da aplicação de entrevistas, questionários e observações realizadas em campo.

O texto está dividido em duas partes. Inicialmente, propõe-se uma discussão teórica sobre a urbanização, bem como a análise da sua dimensão no território brasileiro, o contexto histórico das transformações decorrentes desse processo e suas implicações atuais. Na segunda parte são apresentados dados da urbanização baiana e os rebatimentos dessa nos pequenos municípios baianos, particularizados em Belo Campo.

URBANIZAÇÃO NO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICOS

A urbanização assume no modo de produção capitalista o caráter vertiginoso e, em cada período histórico, o espaço urbano adequou-se ao contexto da produção. Entretanto foi no capitalismo, mais especificamente, a partir do momento que se iniciaram as revoluções, que se deu impulso às transformações tanto na produção quanto na circulação de mercadorias e a urbanização agigantou-se e transformou o conteúdo das relações sociais.

Mello (1998), ao analisar o período que corresponde à passagem da manufatura à grande indústria, argumenta que a primeira revolução capitalista ocorreu com a passagem da cooperação simples à manufatura na Europa. A expansão de mercados sobre os continentes e a acumulação de capitais facilitada pelo aumento de metais do “Novo Mundo” foram condições de suma importância para a implantação da manufatura.

A expansão do mercado mundial e as transformações no próprio modo de produção exigiram modificações na organização do trabalho. Foi com a manufatura que a produção começou a ser organizada tendo como base a divisão social e técnica do trabalho e funciona como “[...] a fórmula encontrada pelo capital para aumentar a produtividade do trabalho e dimensionar a oficina aos patamares das sempre crescentes exigências do mercado mundial em expansão” (MELLO, 1998, p. 93).

Para Singer, com a expansão da manufatura, tornou-se possível empregar homens sem longo aprendizado anterior, que podiam ser adestrados ao ofício e que se inseriam no processo produtivo como assalariados. “A partir desse

momento, estão postas as condições para se separar o produtor de suas condições de produção, subordinando-as ao capital” (SINGER, 1973, p. 24).

Com a aplicação da ciência e, consequentemente, a invenção da máquina enquanto ferramenta, a Primeira Revolução Industrial surgiu como resposta à necessidade de acumulação do capital, que já não via na manufatura a possibilidade de aumentar a produtividade. Iniciou-se, com o advento da grande indústria uma nova fase na história do capitalismo, bem como um novo campo de relações entre capital e trabalho, pois o primeiro enxergou naquele momento na invenção da máquina a possibilidade da subsunção real da força de trabalho. É com a tal revolução que se pôde vislumbrar efetivamente a mundialização do capital.

Quando ocorreu a Primeira Revolução Industrial na economia mundial já havia uma ampla divisão internacional do trabalho que abrangia campo e cidade. Para que ocorresse a generalização da industrialização era necessário o aumento da demanda por produtos industrializados. Para tanto, a indústria fabril barateou os produtos para garantir o consumo da população rural e o advento da indústria tendeu a eliminar a produção de subsistência do campo e a promover a transformação do camponês em um agricultor especializado. A indústria passou a produzir os principais instrumentos de produção do campo (SINGER, 1973).

O sistema agiu, inicialmente, com a expropriação dos trabalhadores camponeses e de seus instrumentos de trabalho. Isso fez com que além de não produzirem o suficiente para a comercialização, também passaram a depender da grande indústria.

Singer (1973) ressalta ainda que pensar na urbanização numa sociedade que se industrializa significa investigar o papel das classes sociais nesse contexto para não incorrer no erro de compreender a urbanização como um processo autônomo, o que pode levar a perda do seu sentido principal para o conjunto da sociedade. O processo de industrialização implica também numa ampla mudança de atividades e pessoas do campo para as cidades. No capitalismo esse processo ocorre em direção a apenas algumas regiões do país, o que ocasiona no esvaziamento das demais.

Essas transformações refletem na divisão técnica e social do trabalho entre cidade e campo, pois o processo de urbanização provocou mudanças significativas na organização do trabalho. Os grandes movimentos de trabalhadores do campo que foram destituídos de seus meios de produção para as cidades se orientavam pela lógica capitalista que precisava de força de trabalho excedente na cidade para constituir o exército industrial de reserva. Essa mesma lógica se repetia entre diferentes regiões de um mesmo país, pois, para o capital, era interessante o deslocamento da força de trabalho disponível em direção às regiões onde as indústrias seriam instaladas.

De acordo com Monte-Mór, antes do nascimento da indústria fabril e sua centralização nas cidades o processo

de urbanização se restringia a poucas áreas que eram o local onde o poder e/ou o mercado se concentravam. As aglomerações humanas que hoje poderiam ser chamadas de cidades eram poucas, no período que antecedeu à Primeira Revolução Industrial. Portanto, “a cidade industrial foi assim marcada pela entrada da produção no seio do espaço do poder, trazendo com ela a classe trabalhadora, o proletariado” (MONTE-MÓR, 2007, p. 08).

Desse momento em diante, além de controlar e comercializar a produção do campo, a cidade começou também a agregar valor a essa produção. Logo, o campo passou a depender da cidade para produzir e deixou de ser autossuficiente. A lógica da industrialização subordina o espaço de reprodução da sociedade. “O espaço urbanizado passa então a se constituir em função das demandas colocadas ao Estado tanto no sentido de atender à produção industrial quanto, e particularmente, a necessidade da reprodução coletiva da força de trabalho” (MONTE-MÓR, 2007, p. 09).

A fábrica, enquanto resultado desse processo, é um fenômeno urbano que exige na sua proximidade a presença de um grande número de trabalhadores. “Quando não surge já na cidade, é a cidade que se forma em volta dela. Mas é, em ambos os casos, uma cidade diferente” (SINGER, 1973, p. 17). Bem diferente da cidade comercial que infligia ao campo o seu domínio político com a finalidade de exploração, a cidade industrial se impõe graças a sua capacidade produtiva que era muito superior.

A cidade que se constituiu após o início da industrialização passou a ter de comportar um contingente muito grande de pessoas, contingente esse a qual não estava preparada para receber, diante das condições estruturais que a mesma apresentava. Conforme propõe Sposito (1997), a cidade também passou a desempenhar importante papel enquanto local de concentração da produção industrial e comercial. A sociedade, que antes era política, economicamente e socialmente regida pela aristocracia rural, com o surgimento do modo de produção capitalista e da crescente aceleração nos processos de urbanização e industrialização passou então a ter a cidade como centro de comando. O capitalismo enquanto regime de acumulação modificou o arranjo espacial e transformou a estrutura, o papel social e econômico das cidades.

Entretanto, pensar na urbanização apenas enquanto crescimento quantitativo do tecido urbano pode induzir ao que Volochko (2008) considera como um entendimento *stricto sensu* do processo. Para o autor, essas abordagens são meramente descritivas e de caráter somatório, pois tendem a descrever o que há no interior das cidades ou da metrópole. Todavia, há um desafio a ser enfrentado na análise da urbanização contemporânea, pois é preciso compreender o arranjo espacial das cidades para além da sua estrutura física e dos números que pouco representam em seu aspecto qualitativo a magnitude do processo de urbanização. Faz-se necessária a construção de elementos que deem conta de explicar o conteúdo desse processo que

tem na sua ampliação no modo de produção capitalista.

Esse duplo processo de urbanização e industrialização, ao mesmo tempo em que possui uma unidade, por estarem intimamente ligados, também são conflitantes, diante de “[...] um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial” (LEFEBVRE, 1991, p. 9). De acordo com Lefebvre, a sociedade que nasceu da industrialização deve ser chamada de sociedade urbana, que seria resultado da urbanização completa da sociedade, pois a produção agrícola estava perdendo a sua autonomia nos países industriais, bem como sua transformação em um setor da produção industrial. Para tanto, “O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária” (LEFEBVRE, 1991, p. 9).

Ainda de acordo com o mesmo autor, essas palavras, “o tecido urbano”, não designam de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo (LEFEBVRE, 1999, p. 15, grifos do autor). As relações urbanas penetram no campo e transformam o conteúdo das relações nele estabelecidas.

A sociedade que nasce da industrialização, a sociedade urbana contém em si um conteúdo próprio, o modo de vida urbano que não se limita ao espaço da cidade, mas que se espalha pelo território e transforma o conteúdo das relações, adentra nos modos de vida e modifica o espaço das cidades e do campo.

No Brasil, os primeiros passos do capital industrial foram impulsionados pelo Estado, como representação da classe dominante, no país que financiava a instalação das indústrias e começou a incentivar a saída de trabalhadores do campo. Concomitante à industrialização iniciou-se o processo de urbanização como o principal movimento responsável pela constituição do exército industrial de reserva, que posteriormente, se afirmou com a mobilidade de pessoas entre as regiões.

Os trabalhadores que foram incentivados a irem para cidades, onde se concentravam as atividades industriais no Brasil, com a finalidade de ter sua força de trabalho explorada pelo capital, se depararam com cidades que não haviam sido planejadas para receber tal quantitativo de pessoas. Entretanto, essa é uma característica intrínseca ao capital e sua voracidade pela expansão, exploração e detenção de mais-valia, pois a apropriação dos bens produzidos será privada, mas os custos serão socializados.

URBANIZAÇÃO BAIANA E TRANSFORMAÇÕES NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS: O CASO DE BELO CAMPO

A partir da década de 1960, foi o momento em que as transformações referentes ao processo de urbanização começaram a se tornar visíveis na Bahia. Nesse período, houve em todo o Nordeste a saída de um grande contingente de pessoas tanto das pequenas cidades, muitas ainda em processo de emancipação, quanto do campo, para o Centro Sul do Brasil, à procura de trabalho, principalmente para o estado de São Paulo, onde se concentrava a maior parte das indústrias nacionais.

Na Bahia ainda não havia uma forte implantação de indústrias, mas o estado sentia o reflexo das grandes transformações pelas quais passava o país diante da também crescente urbanização. A dinâmica dos municípios se modificou demasiadamente com a intensificação do processo de urbanização, após a década de 1980, quando, assim como

todo o país, o território baiano foi atingido mais claramente por tal processo. Observam-se transformações relacionadas à emancipação política de vários municípios e ao surgimento de muitas cidades no estado, o que justifica o aumento no número de municípios com população de até 20 mil habitantes (Tabela 1).

Tabela 1. Número de municípios e População nos Censos Demográficos por tamanho da população

Classes de tamanho da população	Ano						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Até 2.000 pessoas	-	-	1	-	-	-	-
De 2.001 a 5.000 pessoas	-	1	6	7	6	9	9
De 5.001 a 10.000 pessoas	15	20	87	67	68	61	60
De 10.001 a 20.000 pessoas	37	57	137	126	186	184	179
De 20.001 a 50.000 pessoas	81	102	92	110	122	123	126
De 50.001 a 100.000 pessoas	13	7	7	17	24	26	27
Mais de 100.000 pessoas	4	7	6	9	9	12	16
De 100.001 a 500.000 pessoas	4	6	5	8	8	11	14
Mais de 500.000 pessoas	-	1	1	1	1	1	2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010)

Elaboração: Silmara Moreira

Os rebatimentos do duplo processo de urbanização e industrialização nos pequenos municípios baianos foram expressivos. O mais significativo foi o êxodo rural, um processo que ao se desencadear mudou o rearranjo espacial, não só das áreas urbanas, mas também das áreas rurais. É importante lembrar que houve em menor número, mas com grande expressividade, o movimento interno de saída de trabalhadores do interior dos pequenos municípios para a Região Metropolitana de Salvador, bem como para cidades médias, conforme aponta Santos (2010).

Naquele momento, os centros urbanos se tornaram o principal destino dos trabalhadores que se viam impelidos a vender sua força de trabalho. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a Bahia teve mudança significativa no que concerne ao aumento da

população nas áreas urbanas a partir da década de 1970. No início dos anos 1980 alcançou a taxa de urbanização de 59%, ou seja, a maioria da população passou a viver em áreas urbanas, com concentração maior na Região Metropolitana de Salvador.

A quantidade de municípios com população urbana maior que a população rural teve nesse período um crescimento significativo. Em 1950, de acordo com os dados apresentados pelo IBGE, apenas doze municípios apresentavam população urbana superior a 20.000 habitantes. Em 1970, esse número subiu para 30 municípios; e no último censo de 2010 registrou o total 126 municípios. É importante salientar que no interregno desse rápido crescimento das cidades baianas, frente ao processo de urbanização, houve, igualmente, o crescimento das cidades médias, que apresentam números significativos no que compete à demanda da força de trabalho (Tabela 2).

Tabela 2. Número de cidades e População nas cidades nos Censos Demográficos por tamanho da população 1950 a 2010, Bahia

Classes de tamanho da população	ANO						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Total de cidades	150	194	336	336	415	415	417
Até 500 pessoas	3	3	7	4	1	-	-
De 501 a 1.000 pessoas	17	16	51	21	16	4	2
De 1.001 a 2.000 pessoas	53	51	81	69	63	30	13
De 2.001 a 5.000 pessoas	49	75	110	113	140	133	117
De 5.001 a 10.000 pessoas	14	25	45	67	95	124	142
De 10.001 a 20.000 pessoas	8	16	27	32	61	71	80
Mais de 20.000 pessoas	6	8	15	30	39	53	63
De 20.001 a 50.000 pessoas	5	5	8	21	24	32	39
Mais de 50.000 pessoas	1	3	7	9	15	21	24

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010)

Elaboração: Silmara Moreira

Por um lado, a Bahia é o estado com maior população rural do Brasil, com mais de três milhões de residentes no campo, conforme os dados do último Censo, que apresentou um quantitativo de 248 municípios com população total menor que 20 mil habitantes. Por outro, as transformações não se limitam à dinâmica demográfica, mas se expressam, também, em outros setores, como a economia. Assim como o restante do Nordeste, na Bahia, em meados da década de 1950, a economia era baseada na agropecuária e após a década de 1980 houve o crescimento nos setores industriais, de serviços e comércio.

Observa-se que, dos municípios com menos de 20 mil habitantes, apenas sete apresentaram 50% ou mais do seu PIB proveniente do setor primário e 236 possuíam mais de 50% do PIB proveniente do setor terciário. Ao analisar os dados dos pequenos municípios, constata-se que o PIB do setor terciário apresenta números relevantes. No entanto, ao confrontar esses dados com aqueles sobre ocupação, pode-se afirmar que há uma discrepância (Tabela 3). É possível questionar até que ponto pode-se dizer que setor terciário cresceu efetivamente nos pequenos municípios, uma vez que a maioria dos trabalhadores estão ocupados no setor primário.

Para Santos, as cidades baianas são espaços marcados pelos “conflitos de processos e interesses na reprodução de áreas centrais; pela suscitação de novos desejos habitacionais, e pela produção de uma hodierna modalidade do consumo do/no espaço urbano” (SANTOS, 2010, p. 61). O autor chama atenção a respeito do limite das pesquisas realizadas e aponta a necessidade de ir ao âmago da discussão sobre o processo de urbanização: “a relação entre o trabalho, enquanto mediador seminal da relação sociedade-natureza, e o próprio devir da humanidade, que é marcado pela sua desumanização” (SANTOS, 2010, p. 61).

O processo de urbanização acompanhou a estrutura estabelecida pelo capitalismo, em que a divisão social do

Tabela 3. Municípios baianos com população igual ou menor que 20.000 habitantes, dados econômicos, 2009 e 2010

Total de municípios com mais de 50% da população ocupada no setor primário	128
Total de municípios com mais de 50% da população ocupada no setor terciário	31
Total de municípios com mais de 50% do PIB proveniente do setor primário	6
Total de municípios com mais de 50% do PIB proveniente do setor terciário	226

Fonte: SEI (2009); IBGE (2010)

Elaboração: Silmara Moreira

Nota: Dados do PIB de 2009, demográficos de 2010 e de ocupação de 2010.

trabalho influencia na maneira como o homem se apropria dos elementos que garantam a reprodução da sua vida. Essa continuidade da reprodução da divisão social do trabalho é garantida pela valorização das classes detentoras dos meios de produção e do capital e pela desvalorização da classe detentora da força de trabalho (SANTOS, 2010, p. 68). O espaço é apropriado de maneira desigual pelos sujeitos.

O espaço produzido nos pequenos municípios baianos frente ao processo de urbanização é resultado direto do embate entre produção e consumo do espaço, que, por vez, revela-se na desigualdade enquanto condição necessária para a reprodução da lógica do sistema em vigência.

Nesse ínterim, Belo Campo, um pequeno município baiano, que possui 16.026 (dezesesseis mil e vinte e seis) habitantes está localizado geograficamente no sudeste da Bahia e a sudoeste da cidade de Salvador, a capital do Estado, mais precisamente no Território de Identidade do Sudoeste Baiano (Figura 1). Limita-se com Tremedal, Cândido Sales, Caraíbas e Vitória da Conquista e a sede do município fica às margens da BA-265 (IBGE, 2010).

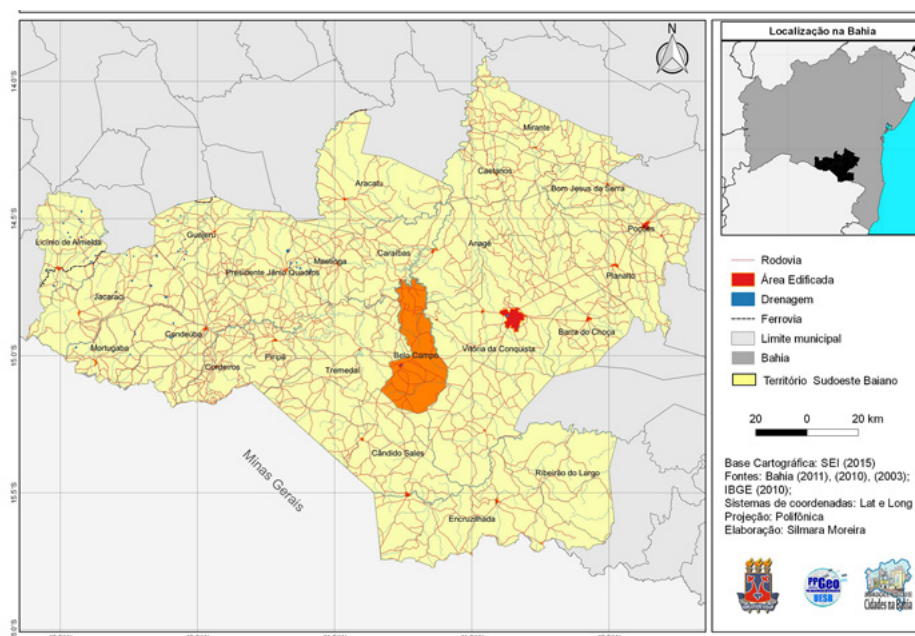


Figura 1. Mapa de localização do município

Sua instituição através da emancipação política e administrativa em 1962 se deu em um momento que o Brasil passava por profundas transformações e, por conseguinte, teve nos anos seguintes à sua emancipação os rebatimentos desse duplo processo de urbanização e industrialização. Cabe ressaltar que, naquele momento, cabia a Belo Campo, dentro do contexto nacional, ser um município fornecedor de força de trabalho, como vários outros da Região Nordeste, a fim de alavancar o crescimento da indústria no Centro Sul.

Ao analisar de maneira mais criteriosa a dinâmica interna do município, é possível enxergar reflexos do processo de urbanização muito latentes. Belo Campo acabara de se emancipar na década de 1960 e tinha como principal atividade econômica aquelas ligadas ao setor primário, como os cultivos agrícolas de subsistência, e não possuía políticas e investimentos no campo para que garantissem aos camponeses as condições para continuarem a trabalhar e permanecer em suas terras.

A dinâmica demográfica foi modificada ao longo dos anos. Em 1940, ainda enquanto distrito Belo Campo, possuía uma população urbana de apenas 367 habitantes, enquanto que sua população rural era de 4.506 habitantes. A partir da sua emancipação política e administrativa em

1962, o peso da população urbana passou a adquirir maior expressividade, uma vez que, em 2010, chegou a ser superior à população rural. Essa é uma expressão de como o processo de urbanização transformou a dinâmica dos espaços urbanos na Bahia, a partir da década de 1980. Belo Campo apresenta crescente Taxa de Urbanização. Somente em 2010, conforme dados da contagem populacional, feita pelo Censo Demográfico, a Taxa de Urbanização atingiu 56% e revela uma tendência das cidades brasileiras frente ao intenso processo de urbanização no país (Tabela 4).

Enquanto o país passava por uma forte industrialização, a partir de meados do século XX, o que fez com que todos os olhares se voltassem para a cidade e os investimentos se concentrassem cada vez mais na agricultura de mercado, voltada para o agronegócio, o camponês que produzia apenas para garantir sua subsistência foi esquecido e isso acentuou cada vez mais a saída do trabalhador do campo para a cidade. Durante muito tempo, não se ouviu falar em investimentos para o camponês na Bahia. Em meados da década de 1990, surgiram, ainda de maneira muito incipiente, os programas do governo federal de financiamento para o camponês como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Tabela 4 - Belo Campo: População total rural, urbana e da cidade; e Percentual da população rural e urbana sobre a total, 1940-2010

Períodos	Total	Rural	Urbana	(%) população rural sobre o total	(%) população urbana sobre total
1940*	4.873	4.506	367	92,5%	7,5%
1950*	6.143	5.604	539	91,2%	8,8%
1960*	7.554	6.172	1.382	81,7%	18,3%
1970	9.969	8.236	1.733	82,6%	17,4%
1980	12.692	9.506	3.186	74,9%	25,1%
1991	14.301	8.588	5.713	60,1%	39,9%
2000	17.655	9.573	8.082	54,2%	45,8%
2010	16.026	6.990	9.036	43,6%	56,4%

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Elaboração: Silmara Moreira

Notas: 1 - Percentual da população urbana sobre a total; 2 - Os dados de 1940 a 1960 são referentes ao período em que Belo Campo era distrito.

Belo Campo foi e é marcado por uma intensa relação cidade-campo, claramente demonstrada pela mobilidade entre esses dois espaços e pela intensa precarização do trabalho. Os camponeses, desapropriados de seus meios de produção, diante do trabalho desvalorizado e da forte propagação da ideologia da cidade como o sinônimo de “desenvolvimento”, tenderam a largar sua terra e ir viver na área urbana, bem como em outros estados. Enquanto a população rural diminuía no município, aqueles que continuavam a residir no campo enfrentavam problemas relacionados ao acesso a serviços básicos de saúde, educação, transporte e energia elétrica, além das precárias condições de trabalho dos camponeses.

Ao analisar as relações entre campo e cidade frente ao processo de urbanização na Bahia, Santos (2010) aponta a notória mobilidade rural-urbana do trabalho que se explica por três processos não excludentes entre si: ausência de políticas para garantia do homem no campo, a modernização e mecanização da agricultura e em função dos períodos de crise na agricultura. “No cerne desses três processos impõe-se o que é central na discussão: a questão da propriedade privada da terra rural e urbana” (SANTOS, 2010, p.63).

De acordo com os dados apresentados pelo IBGE, a população que vive na cidade de Belo Campo possuía, em 2010, uma renda média entre R\$ 372,00 e R\$ 1.154,00 (Figura 2) e um percentual alto de pessoas que vivem sem nenhuma

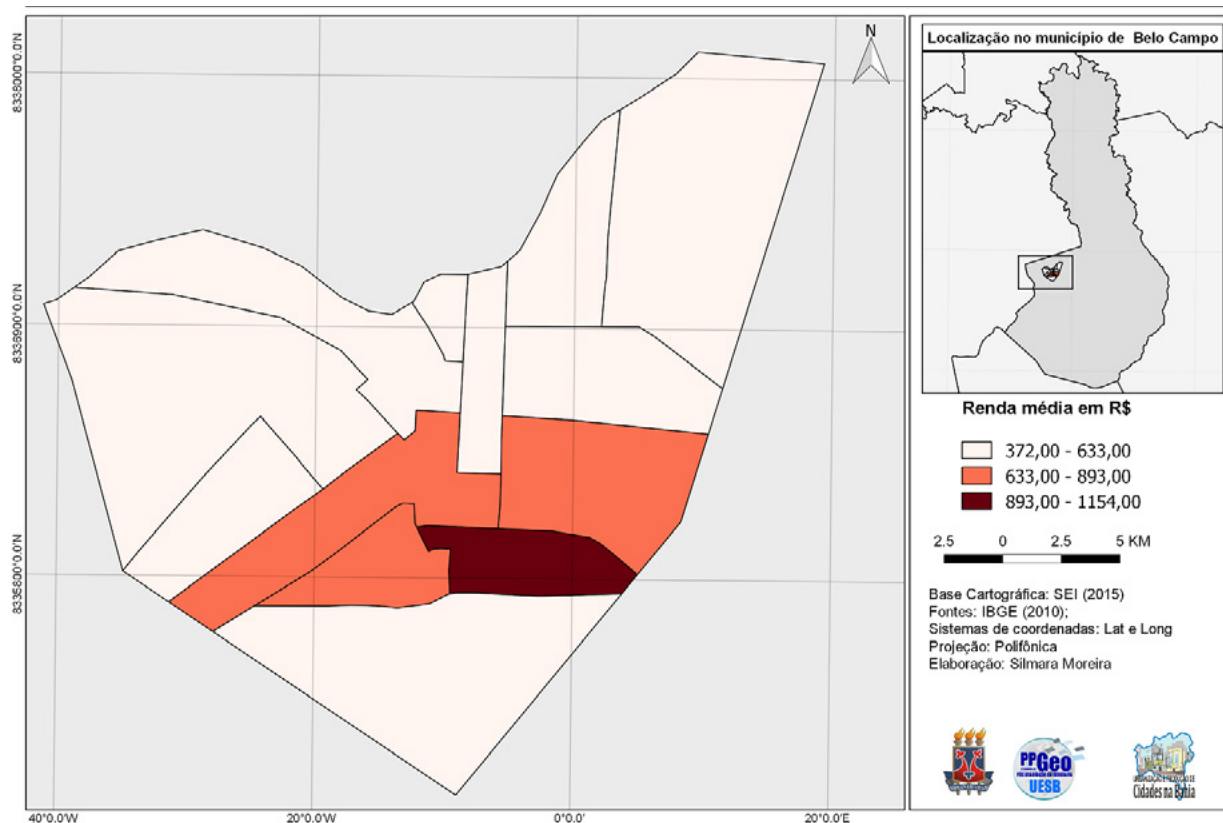


Figura 2 - Mapa - Renda Média da população urbana, Belo Campo, BA

renda na cidade, pois 31% dos moradores declararam não ter renda e demonstram que, ao contrário do que a ideologia propagada da cidade como sinônimo de melhoria condições de vida, a área urbana se apresenta também como espaço de esgarçamento das condições objetivas de vida dos trabalhadores.

É importante ressaltar que as pequenas cidades desempenham papéis importantes na rede urbana da Bahia. Sua economia, normalmente, está ligada aos empregos gerados pelo setor público e/ou às atividades atreladas à prestação de pequenos serviços e ao comércio.

Ao realizar uma pesquisa sobre a estruturação urbana de Belo Campo, Cardoso (2011) concluiu que a cidade é caracterizada pela relação entre a área central e periférica. Essa estruturação, além de ter sido influenciada pelos agentes externos à cidade, movidos pelo amplo processo da urbanização brasileira, foi caracterizada pela mobilidade das pessoas do campo para a cidade.

De acordo com os dados coletados em campo¹, observou-se que há na cidade diferenciação na ocupação dos trabalhadores entre o sexo feminino e masculino. As mulheres, normalmente, trabalham como autônomas com a revenda de confecções e oferecem serviços de salão de beleza, reforço escolar, ou são empregadas no comércio local, como atendente, serviços domésticos e na Prefeitura. Os homens também desempenham atividades autônomas na construção civil, como pedreiros, possuem um pequeno comércio, trabalham na zona rural do município “na diária”, no comércio local e na Prefeitura.

Nas áreas urbanas de pequenos municípios, tais como Belo Campo, são reveladas as faces da fase atual de reestruturação produtiva do capital. A maioria das ocupações é marcada pela intensa precarização do trabalho. Homens e mulheres que não conseguem trabalho se tornam autônomos. Aqueles trabalhadores que estão empregados em casa de família ou no comércio local, na maioria dos casos, não têm garantia dos direitos trabalhistas.

As famílias possuem em média dois membros responsáveis pela sua manutenção, sendo que 27% vivem com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Das famílias entrevistadas na área urbana apenas 33% recebem benefícios externos, como o bolsa família, além daquelas que têm em casa um aposentado e estão inseridas no grupo que recebem entre 1 e dois saláriosⁱⁱ.

Os trabalhadores da área urbana se deparam com a “falta de trabalho”, pois a cidade de Belo Campo não tem postos suficientes para atender a oferta de força de trabalho disponível, uma vez que sua principal fonte empregadora é a Prefeitura e o setor de comércio e serviços não absorve o restante, além de receberem pouco, isso quando conseguem trabalho.

Ademais, o espaço urbano de Belo Campo, além de ter como predominância moradores que saíram do campo para viver na cidade, também é composto por moradores que, nas décadas de 1980 e 1990, foram para a Região Sudeste a “procura de uma vida melhor” e, quando resolveram retornar para Belo Campo, mormente, passaram a morar na cidade e não no campo, pois, para esses, o campo, embora seja tido como um lugar bom pra se viver, devido a sua tranquilidade,

na maioria das vezes, é considerado o local do “atraso”, diante das condições de acesso a serviços básicos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Considera-se que o duplo processo de urbanização/industrialização pelo qual o Brasil passou após meados do século XX trouxe amplas transformações para os pequenos municípios baianos. A primeira mudança foi a intensificação da mobilidade do trabalho, com a saída de trabalhadores, não só para outras regiões do país, como para as áreas urbanas dentro dos próprios municípios, o que ocasionou, conseqüentemente, no aumento ao longo dos anos da taxa de urbanização e na intensificação das relações cidade-campo.

Observa-se como reflexo dessa mobilidade o esvaziamento do campo com a transferência de contingentes populacionais para as cidades, o que está intrinsecamente ligado ao modelo de desenvolvimento urbano industrial adotado pelo Estado brasileiro. De maneira complementar, permanece ideologicamente a premissa da cidade como sinônimo de desenvolvimento.

A economia de pequenos municípios como Belo Campo sofreu no decorrer dos anos aumento do PIB em valores absolutos no setor terciário, enquanto o setor primário decaiu. Contraditoriamente, em Belo Campo, entre os trabalhadores do campo e da cidade, o setor primário é expressivo no que concerne à ocupação.

Constata-se que há uma intensa relação de trabalho de moradores da cidade com a área rural do município e é muito expressivo o percentual de moradores que residem na cidade e não possuem renda ou que vivem com menos de meio salário mínimo.

Dessa maneira, pode-se afirmar que as pequenas cidades também conferem no modo de produção capitalista o lócus da força do trabalho expropriada do campo. Esse sistema, como forma de manutenção da sua regulamentação e, com todo o seu aparato ideológico, suplanta no ideário da classe trabalhadora, enquanto mercadoria as necessidades impostas pelo capital.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, L. P. **A estruturação urbana de Belo Campo/BA: processos, forma e conteúdo**, 2011, 116f. Monografia (Licenciatura em Geografia) Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2011.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **ÍNDICES BÁSICOS**. 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico: população e habitação**, 1940. Parte XII, tomo I, série regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- _____. **Censo Demográfico: Estado da Bahia**, 1950. V. XX, tomo I. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.
- _____. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico: Brasil**. 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- _____. **Censo Demográfico Bahia: recenseamento geral**, 1970, v. 1, tomo XIII. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.
- _____. **Censo Demográfico 1980: dados distritais-Bahia**, v. 1, tomo 3, n. 13. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
- _____. **Censo Demográfico 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios**, n. 17-Bahia-Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. **Sidra: Bando de dados sobre Censo Demográfico**, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 de maio de 2012.
- _____. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010/>>. Acesso em: 05 de maio de 2012.
- _____. **Sidra: Banco de dados sobre Produto Interno Bruto 1999 e 2014**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 de maio de 2012.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 1ed. Moraes. São Paulo. 1991.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG. 1999.
- MELLO, Alex Fiuza de. **Marx e a globalização do capitalismo**. 1998. 351f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280779>>. Acesso em: 27 de abril de 2018.
- MONTE MÓR, R. L. M. O que é o Urbano, no Mundo Contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 111, p. 09-18, 2007.
- SANTOS, Janio. A natureza contraditória da urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades baianas. In: FERLIN, Diva; HENRIQUE, Wendel. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso** ISBN: 9788585976842. 1 ed. Salvador: SEI, 2010, v. 1, p. 59-76.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **SIDE: Sistema de Dados Estatísticos. Produto Interno Bruto: 1999 a 2009**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 de junho de 2011.
- VOLOCHKO, D. Sociedade urbana e urbanização da sociedade: elementos para a discussão sobre a problemática da cidade contemporânea. In: **Revista Cidades, A urbanização da sociedade**, Presidente Prudente, v. 5, p. 215-242, 2008.